

Medida cria polêmica e surpreende Conselheiros

A reestruturação do Conselho Estadual de Educação. (CEE) pegou muitos Conselheiros de surpresa e criou polêmica entre as entidades ligadas à educação. Enquanto a Presidente da Apaerj, Carmelena Pereira, aplaudiu a decisão e encaminhou nomes à Secretária Fátima Cunha para compor o novo Conselho, a diretoria do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) repudiou a forma como a medida do Governo foi tomada e já se aliou a outras entidades como a Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas (Ames) e a Associação dos Pais e da Comunidade (Apac) para questionar o Decreto.

A Diretora do Sepe, Daise Calazans, disse ontem que o Sindicato deseja participar do novo CEE, mas acha necessária uma ampla discussão com todas as entidades envolvidas, já que o Conselho tem funções

importantes. Ela criticou a Secretária por não ter concordado com a formação de um fórum de debates, querendo urgência na composição do novo CEE. O Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do município do Rio, Paulo Sampaio, não foi encontrado ontem até o início da noite.

A extinção do mandato dos atuais Conselheiros foi comunicada à maioria deles através do Diário Oficial. O telegrama da Secretaria informando a exoneração só chegou à sede do CEE, no Centro da cidade, após às 11h. Alguns Conselheiros, como o Delegado Regional do MEC, Aurélio Wander, sequer compareceram. Dos atuais membros, apenas oito estiveram na sede do Conselho e ficaram o tempo suficiente para se despedirem dos funcionários.

O Presidente em exercício do CEE, Roberto Boclin, que na véspera se

reunira com a Secretária, retirou-se do Conselho assim que leu o Diário Oficial, nem chegando a assinar os processos da semana passada. De um modo geral, os Conselheiros que estiveram ontem na sede não quiseram falar sobre a decisão do Governo do Estado. Apenas Marion Villas Boas admitiu que já previa a destituição, mas não explicou as razões. E a Conselheira Edília Coelho Garcia disse acreditar que a medida tenha se originado da necessidade de adequar a atual legislação à nova Constituição.

—Nós sabíamos que a nova Constituição traria mudanças. Só não pensávamos que estas viriam antes de concluirmos a fixação dos índices das mensalidades escolares. Foi um pouco abrupto, mas não vinculo a medida ao fato de a Secretária haver vetado três das nossas deliberações — disse Edília.